

CONJUNTURA

País tem mais de 47 milhões de miseráveis

Cálculo de economista da FGV abrange o período de 2002 para 2003

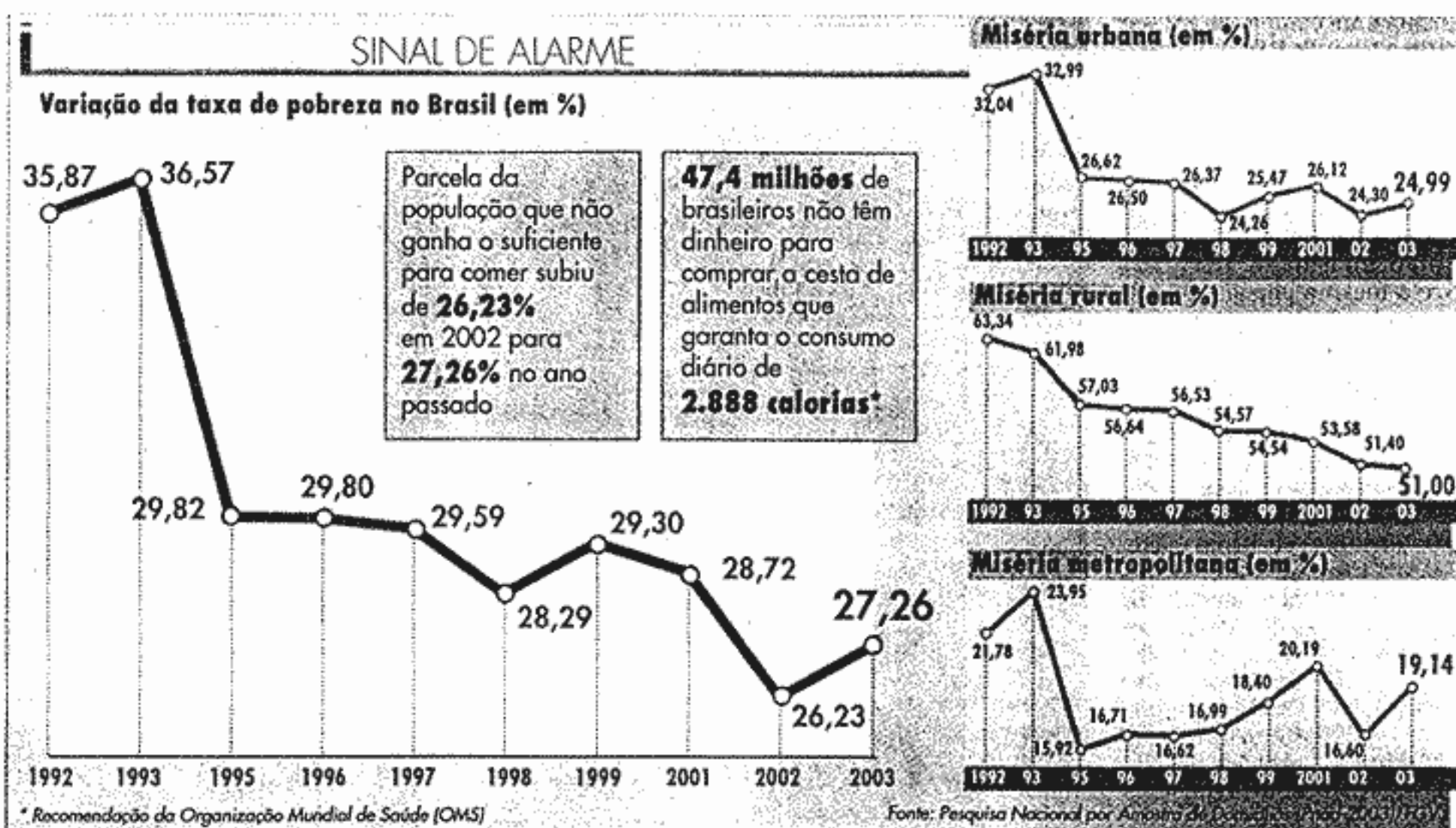
LUCIANA NUNES LEAL

RIO - Entre 2002 e 2003, o número de brasileiros que vivem na miséria aumentou em 2,4 milhões, passando de 45 milhões para 47,4 milhões. A parcela da população que não tem renda suficiente para suprir as necessidades básicas de alimentação subiu de 26,23% em 2002 para 27,26% em 2003. O crescimento ocorrido no primeiro ano do governo Lula interrompe pela segunda vez a trajetória de queda registrada desde 1993, quando a miséria atingia 36,57% da população.

Os cálculos são do economista Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2003, do IBGE. Néri considera miseráveis os brasileiros que têm renda individual inferior a R\$ 108 mensais. Este é o valor apontado pelo economista como o mínimo necessário para o consumo diário de 2.888 calorias. Em 2002, a renda mínima necessária calculada por Néri era de R\$ 93 mensais.

O estudo mostra que a miséria cresceu nas regiões metropolitanas e caiu na área rural. No Brasil Metropolitano, a proporção subiu de 16,6% para 19,14%. Na área urbana, que inclui as cidades médias, além das metrópoles, o aumento foi menos intenso, de 24,3% para 24,99%. Na rural, houve queda, mas a miséria ainda atinge mais de metade a população. A redução foi de 51,4% para 51%. Desde 1992, quando começa a série de Néri, a miséria rural caiu ano a ano.

"No últimos meses de 2002



e início de 2003 houve inflação alta. Depois, o combate à inflação levou ao desemprego. A PNAD 2003 é o retrato do ajuste, em 2004 vai ser colhido o fruto deste ajuste", afirma o economista.

O período de queda mais acentuada da miséria aconteceu entre 1993 e 1995 (não houve PNAD em 1994), em consequência do Plano Real. Em 1999, houve aumento de um ponto porcentual. Néri observa que a estabilidade econômica não reduziu a desigualdade, mas permitiu a aplicação de políticas sociais eficazes, decisivas para a redução da pobreza, especialmente rural.

A linha de miséria fixada por Néri é maior que a adotada por outros pesquisadores. Em alguns estudos, a pobreza extrema abrange os que têm renda per capita mensal de menos de um quarto do salário mínimo (R\$ 65, atualmente).

Em outros, o limite é o equivalente a US\$ 1 por dia, por pessoa (R\$ 90 mensais).

"A situação piorou ainda mais para pessoas que já tinham condições de vida muito ruins. É como uma pessoa que estivesse afogada com um de-

do de água acima da cabeça, e agora está com dois dedos de água. Dentro das favelas, existem diferentes grupos sociais. Os mais vulneráveis vivem em ocupações mais recentes, em es-

paços mais precários", diz o geógrafo Jailson de Souza e Silva, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e ex-morador do Complexo da Maré, na zona norte.

Ele é integrante da ONG Observatório de Favelas e um dos

fundadores do Centro de Estudos Ações Solidárias da Maré (Ceasm). O professor rejeita o termo miseráveis. "Miserável e indigente não são termos para falar de ninguém. São carregados de adjetivação, agressivos", critica.

NA ZONA RURAL, MISÉRIA VEM CAINDO

Néri faz uma projeção para 2004, ano em que os indicadores econômicos são mais favoráveis. O economista diz que se a renda per capita nacional crescer 3% entre 2003 e 2004, o que cor-

responde ao ritmo de crescimento do PIB entre 4,5% e 5%, estimado pelo governo federal, "a proporção de miseráveis no Brasil cairá para 26,56%". Se este crescimento se mantivesse por 4 anos seguintes, a miséria cairia para

24,16% em 2007.

Para Néri, a má distribuição de renda é a causa fundamental da pobreza no País. Ele calcula que com crescimento econômico de 3% e redução do índice de Gini (quanto mais perto de zero, mais igualdade) de 0,585 para 0,574, a proporção de miseráveis cairia para 24,92%, em 2004, o que seria um excelente desempenho. "A desigualdade teve uma diminuição nos últimos dois anos, e este é um dado animador", diz.

Em nota, o Ministério do Desenvolvimento Social disse não conhecer a metodologia da FGV, mas afirmou que "as estatísticas estão de acordo com a prioridade que o governo Lula deu às áreas pobres do interior do Brasil", e que o governo "espera melhorar os indicadores metropolitanos este ano", com a inclusão de 900 mil famílias no programa Bolsa-Família.